

Territorialidades indígenas nos centros urbanos: sobre lugares e povos

Fernanda Machado Dill

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina

 <https://orcid.org/0000-0002-6294-6091>

E-mail: fernanda.dill@gmail.com

Ricardo Socas Wiese

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina

 <https://orcid.org/0000-0002-0157-7413>

E-mail: ricardo.sw@ufsc.br

Resumo: O território urbano, lugar de interações sociais contemporâneas, tem sido marcado por processos de conflitos e disputas étnicas na medida em que não é gestado para a diversidade de povos que nele habitam. Este artigo tem como objetivo problematizar a presença indígena nos centros urbanos e discutir o papel da arquitetura e do urbanismo como agentes de transformação social, capazes de encorajar relações interculturais pautadas no respeito à diversidade étnica, a partir da memória dessas populações e dos espaços ocupados por elas ao longo do tempo. Adotando abordagem metodológica qualitativa, o texto inicia com uma discussão acerca da presença indígena nas cidades a partir de pesquisa bibliográfica e relatos de história oral, seguido de uma análise dessas relações interétnicas em diferentes contextos urbanos no Estado de Santa Catarina e finalmente apresenta e analisa duas propostas espaciais que indicam processos de projeto participativos e o reconhecimento à diversidade cultural como instrumentos preponderantes para a concepção de intervenções espaciais mais adequadas ao contexto multicultural urbano.

Palavras-chave: Territorialidade indígena; Povos originários; Povo Kaingang; Povo Guarani, Centros urbanos.

Indigenous territorialities in urban centers: about places and peoples

Abstract: The urban territory, a place of contemporary social interactions, has been marked by processes of ethnic conflicts and disputes insofar as it is not created for the diversity of peoples that inhabit it. This article aims to problematize the indigenous presence in urban centers and discuss the role of architecture and urbanism as agents of social transformation, capable of encouraging intercultural relations based on respect for ethnic diversity, based on the memory of these populations and the spaces occupied by them over time. Adopting a qualitative methodological approach, the text begins with a discussion about the indigenous presence in cities based on bibliographical research and oral history reports, followed by an analysis of these interethnic relations in different urban contexts in the State of Santa Catarina and finally presents and analyzes two spatial proposals that indicate processes of participatory projects and the recognition of cultural diversity as preponderant instruments for the design of spatial interventions more appropriate to the urban multicultural context.

Keywords: Indigenous territories; Native peoples; Kaingang people; Guarani people; Urban centers.

Texto recebido em: 16/04/2021**Texto aprovado em: 15/06/2021**

Introdução

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, os povos indígenas sofrem com altos índices de violência e silenciamento desde a chegada dos europeus neste território (RIBEIRO, et al., 2016). Estes índices se fortalecem pelo desconhecimento da sociedade em geral acerca da cultura indígena que, em diversos estágios de formação, acaba por reduzi-la a estereótipos do passado, não mais pertencentes à realidade contemporânea e limitada a reproduzir-se no espaço das Terras Indígenas e/ou aldeias.

Os povos indígenas estão, sub-representados ou até mesmo não representados na historiografia, tanto naquela dirigida à formação básica dos cidadãos brasileiros, ensinada nas redes de ensino médio e fundamental, quanto na mais acadêmica, ministrada pelas universidades nacionais (MOREIRA, 2001). Ao compreender a historiografia como um diálogo entre presente e passado, percebe-se que ao negligenciar a presença indígena na maneira como a história é ensinada, gera-se um processo de invisibilização desses sujeitos na contemporaneidade e nos espaços ocupados atualmente por essas populações.

se o índio é pouco visível nas obras de caráter historiográfico, especialmente naquelas que tratam do período pós-colonial, é porque, em grande medida, teve também pouca visibilidade no ambiente social que originou aquelas obras. Formou-se um círculo vicioso: a subalternidade social gera uma espécie de 'invisibilidade' histórica e esta, por sua vez, ajuda a reproduzir a subalternidade e 'invisibilidade' social. Trata-se, além disso, de um círculo vicioso que precisa ser, de algum modo, superado (MOREIRA, 2001, p. 88).

Por outro lado, em um processo de luta e resistência os indígenas não só seguem existindo na amplitude de sua diversidade étnica e cultural, como habitam os centros urbanos ao longo de toda a história e território do Brasil. A sua presença na cidade coloca-se como um desafio para arquitetos, urbanistas e agentes públicos, pois este é um debate que ainda fica à margem dos espaços de discussões e das intervenções acerca das questões urbanas e suas políticas públicas.

O conhecimento das culturas não hegemônicas e suas lutas é necessário para o entendimento da história, na medida em que possibilita a compreensão dos acontecimentos não apenas sob o ponto de vista dos vencedores, mas também a partir do olhar dos vencidos (BENJAMIN, 1994).

Nota-se ainda que o historicismo, de maneira geral, é empático com a classe dominante, produzindo a sua versão dos fatos históricos, homenageando os poderosos e colocando-os como os herdeiros da história passada. Essa estratégia de contar a história se manifesta também na arquitetura e no urbanismo, em diversas escalas, desde a identificação de ruas e escolas com nomes de ditadores e colonizadores, como pela presença de monumentos que legitimam e prestigiam essas pessoas e seus olhares sobre os acontecimentos históricos.

Pensando a cidade como o lugar do conflito cultural, com potencial de construção de espaços democráticos e pedagógicos, este artigo tem como objetivo problematizar a presença indígena nos centros urbanos e discutir o papel da arquitetura e do urbanismo como agentes de transformação social, capazes de encorajar relações interculturais pautadas no respeito à diversidade étnica a partir da memória dessas populações e dos espaços ocupados por elas ao longo do tempo. Discutem-se ainda estratégias de intervenções espaciais que legitimem a presença indígena no contexto urbano, através do diálogo com os povos indígenas que circulam pelos centros urbanos do Estado de Santa Catarina.

Para tanto, esta pesquisa adota abordagem qualitativa, pois tem foco na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e nesse caso específico, as relações socioespaciais. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

Para abordar a problemática referente a maneira como a história vem sendo contada ao longo do tempo, a pesquisa trabalhou com fontes orais e escritas, possibilitando uma abordagem mais plural sobre o tema. Ao explorar a estuda de representantes indígenas a pesquisa considera outros olhares sobre a história passada e do tempo presente, valorizando o saber tradicional e a memória dessas populações. “A memória age ‘tecendo’ fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos” (SEIXAS, 2001, p. 51), sendo responsável por reencontrar o passado no presente, fazendo com que a percepção da própria realidade seja influenciada pela memória, possibilitando a atualização das lembranças a partir

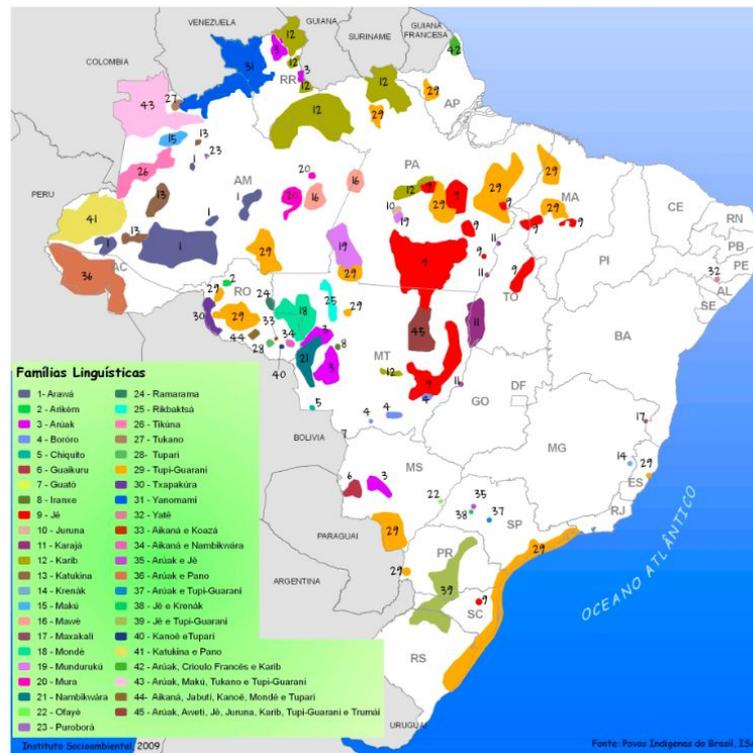
das práticas. Essa abordagem da memória torna possível a libertação da busca de uma verdade absoluta e abre a possibilidade da interpretação mais complexa das relações entre os grupos e os lugares que ocupam (DILL, 2019).

Ao trabalhar com inúmeras dimensões da memória, Seixas (2001) destaca que é possível abordar o que chama de “memória fora de nós”, “inscrita nos objetos, nos espaços, nas paisagens, nos odores, nas imagens, nos monumentos, nos arquivos, nas comemorações, nos artefatos e nos lugares mais variados” (SEIXAS, 2001, p. 52). Essa possibilidade converge com a temática desta pesquisa e reafirma a importância de ouvir os indígenas, no sentido de registrar memórias espaciais dos colaboradores. Assim, articulou-se o olhar dos pesquisadores e as falas dos povos indígenas pesquisados para a elaboração dos resultados.

Breve contexto territorial, histórico e social dos Povos indígenas

O território ameríndio é marcado pela presença dos povos originários e pela diversidade cultural que os integra. Na sociedade contemporânea, estão presentes a partir da memória, da integração com outros povos, dos costumes herdados, aprendidos e ressignificados, e também, da sua presença nos territórios urbanos.

De acordo com a CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e o CELADE - Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (2014), são registrados 826 povos indígenas nos países da região, com um panorama sociocultural altamente heterogêneo. São 557 línguas indígenas faladas na América Latina, no entanto, mais de um quinto corre risco de extinção. Isso ocorre por inúmeros fatores, dentre os quais pode-se destacar a redução da população falante em decorrência de seu envelhecimento, bem como pela substituição linguística, quando a uma população abandona sua língua e adota outra, que, em geral, é uma língua majoritária, economicamente estabelecida, na maioria das vezes reconhecida pelo governo (GALUCIO, et al., 2018). No território brasileiro, os dados do IBGE (2010) indicam uma diversidade étnica composta por 305 povos indígenas e com a existência de 274 línguas distribuídas em mais de quarenta famílias linguísticas, como mostra o mapa da imagem nº 1.



Fonte: Instituto Socio Ambiental, ISA, 2009.

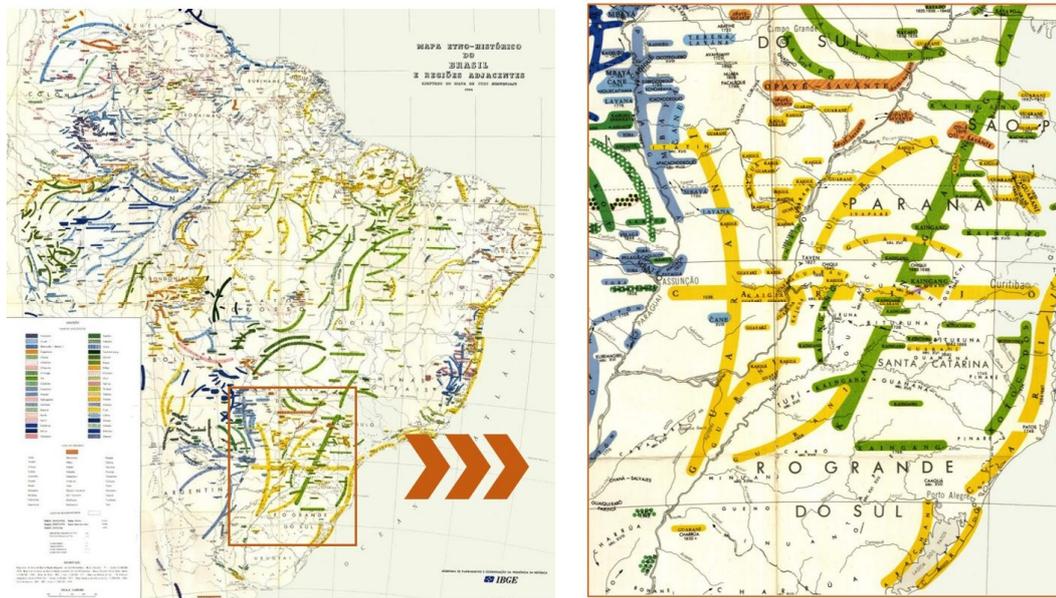
FIGURA 1

Povos indígenas na América do Sul

As fronteiras e dimensões territoriais são fruto de um processo histórico que ocorreu a partir da chegada dos europeus, que operam a imposição de limites geográficos, no entanto, anteriormente os povos ameríndios já ocupavam o território a partir de outros referenciais, como é possível verificar no mapa etnohistórico de Curt Nimuendaju de 1944 (imagem nº 2).

No território brasileiro, antes da chegada dos portugueses havia cerca de cinco milhões de indígenas e de acordo com o Censo de 2010, são pouco mais de oitocentos mil indígenas autodeclarados. A redução expressiva dessa população deve-se aos contínuos processos de extermínio, violentos ataques ao seu modo de viver tradicional e tentativas de assimilação dos povos indígenas. Entre eles, pode-se destacar o conjunto de ações que resultou nas Missões jesuíticas no Rio grande do Sul e Argentina, as simbolicamente nominadas Reduções Guaraníticas que invisibilizaram a diversidade cultural indígena da região em prol de um projeto de futuro calcado na exploração desse território e desse povo. “Se os jesuítas

desejavam almas em troca da civilização papal, o colonizador local ou metropolitano deseja apenas corpos e terras” (BITTENCOURT, 2009 p. 99).



Fonte: IBGE, 1987.

FIGURA 2

Mapa etnohistórico de Curt Nimuendaju de 1944

Em levantamento realizado pela FUNAI em 2013, os indígenas ocupam 13,8% do território brasileiro, dos quais 502.783 (61%) vivem no campo e 315.180 (39%) habitam as cidades brasileiras (FUNAI, 2013). Este contexto chama a atenção pelo fato “de que vivem em situações bastante diversas: desde povos isolados até indígenas urbanos, passando por aqueles que moram em Terras Indígenas e possuem graus variados de contato com a sociedade envolvente” (DIAS, 2019, p. 50).

O estado de Santa Catarina, localizado na região Sul do país, fortemente marcado pela imigração europeia nos séculos XIX e XX, também reflete a representatividade da presença indígena no contexto nacional. Dados do IBGE (2010) indicam a existência de 18.213 indígenas em Santa Catarina, pertencentes aos Povos: Kaingang (63%), Guarani (16%) e Xokleng (21%) desses, 10.937 residem em Terras Indígenas (TI's) e o restante vive nas cidades distribuídos no estado conforme o mapa (imagem nº 3) elaborado com base nos dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2018).

indígenas e na aposta de integração destes povos, transformando-os em trabalhadores nacionais, apagando a cada passo seus traços culturais.

Como resultado desse processo, as Terras indígenas em Santa Catarina são no século XXI apenas pequenas frações do que um dia já foi o território de cada povo. Cada uma das três etnias presentes em Santa Catarina ocupa o território de maneira específica: Se para os povos Kaingang e Xokleng a terra tradicional é caracterizada principalmente pelos locais de vivência de seus ancestrais, as chamadas “Terras dos avós”, para os Guarani, além dessa relação com o passado, a terra precisa ser um local com recursos naturais que possibilitem viver de acordo com as práticas culturais tradicionais (BRIGHENTI, 2012).

Mesmo com as especificidades mencionadas, característica da diversidade cultural dos povos indígenas, existem também convergências. Para os três povos, é fundamental estabelecer com a terra, uma relação de respeito e reciprocidade. O território, para as populações indígenas, não é compreendido como fatias resultantes de disputas políticas e econômicas, mas tem fronteiras porosas, é “local interpretado como sagrado, ligado à cosmogonia, cosmologia e à cosmografia dos povos, terras preñes de mitos e memórias. Elas têm a função de abrigar uma coletividade, um povo” (BRIGHENTI, 2012, p. 8).

Entender como os indígenas de Santa Catarina se relacionaram com o território e com as sociedades envolventes é fundamental para compreender o contexto dessas relações na contemporaneidade. Cada povo desenvolveu ao longo do tempo uma maneira de retomar e/ou defender suas terras frente às investidas dos não indígenas, que insistem em avançar sobre essas comunidades.

Para discutir essas relações em contextos urbanos diferentes, este artigo toma como objetos de estudo duas cidades de Santa Catarina, tendo a presença dos povos indígenas como ponto comum para a discussão: Florianópolis, a capital do estado, localizada no litoral; e Chapecó, importante polo agroindustrial na região oeste.

Presença indígena em Florianópolis: entre artesanato e resistência

De acordo com a Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), os primeiros habitantes do território que corresponde à cidade foram os indígenas

Guarani e os Abá (conhecidos como Carijós pelos bandeirantes), ambos povos do tronco linguístico Tupi. Esses indígenas denominavam a Ilha de *Meimbipe*, que significa “montanha ao longo do mar” e, além da agricultura, seus principais meios de subsistência eram a pesca e a coleta de moluscos.

Os indícios da presença indígena em Florianópolis encontram-se nos sambaquis e sítios arqueológicos com registros que datam de 4.800 A.C. De acordo com o Censo (2010), vivem em Florianópolis cerca de 1.028 indígenas (IBGE, 2010), mesmo não havendo Terra Indígena neste município. Já Palhoça e Biguaçu, municípios pertencentes à Grande Florianópolis, somam três e quatro Terras Indígenas respectivamente.

No centro da cidade observa-se a presença dos indígenas de diferentes povos praticando a venda de artesanatos para a subsistência. Os objetos comercializados variam entre cestos, balaios, plantas, arcos, flechas e esculturas de madeira (imagem nº 4).



Fonte: Acervo próprio.

FIGURA 4

Produção de cestaria Kaingang em Florianópolis

Além do artesanato ser uma forma de sustento para as famílias, expressa elementos culturais, “contando a história de seus antepassados, divindades e da sua cosmologia. O artesanato é cultura materializada, patrimônio reconhecido e protegido pela Constituição Federal” (FUNAI, 2018, p. 5).

Através de conversas e da observação constatou-se que a fabricação de artesanato, especialmente cestarias, configura a principal fonte de

renda das comunidades indígenas e abrange além da questão financeira, um aspecto de afirmação cultural: 'Nas cestas estão nossas metades e nosso jeito de viver' afirmou um dos Kaingang. (...) Ainda sobre essa relação, uma das lideranças políticas da comunidade ressaltou: 'Só porque a gente não vive só em função do dinheiro, eles acham que a gente não trabalha, que somos vadios, e não é assim. A gente faz pro dia, não pra acumular'. (...) O depoimento referia-se ao modo de viver Kaingang, que não objetiva o acúmulo de alimento, bens ou riquezas, mas produz o que é necessário para a subsistência em um curto período de tempo (DILL, 2019, p. 76).

A presença indígena nos centros urbanos não é fator inédito na história, tampouco em Florianópolis. A Ilha de Santa Catarina é um território de circulação indígena (FUNAI, 2018); os Guarani das aldeias da Grande Florianópolis desde a década de 1980 vendem artesanato no centro da cidade, prática realizada pelas mulheres com suas crianças em um pano sobre o chão, a qual denominam *Poraró* e que acreditam que possibilita a formação das crianças como pessoas Guarani em momentos importantes de sociabilidade e de troca cultural intra e interétnica¹ (ZANIN, 2017). Os Kaingang se deslocam das aldeias do estado do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e Paraná; os Xokleng vêm do Vale do Itajaí e também circulam por Florianópolis.

Ainda que a dinâmica deste deslocar tenha se modificado ao longo do processo de colonização e contato entre indígenas e não indígenas, as comunidades indígenas buscam os grandes centros urbanos para a comercialização do artesanato (FUNAI, 2018, p. 4).

No entanto, a presença indígena no centro da cidade costuma causar certo estranhamento por parte dos não indígenas, olhares que enxergam os indígenas como um corpo que não pertence àquele espaço:

A imagem de que o índio tem um lugar definido, provoca reações ao serem vistos nos centros urbanos. Algumas reações são preconceituosas, outras têm preocupações pela integridade de mulheres e crianças, expostas a situações miseráveis. Mas em ambos os casos, revelam o desconhecimento desse outro, de seu modo de vida, de sua legitimidade nesse espaço, hoje urbano (ZANIN, 2017, p. 127).

Em conversa com duas lideranças Kaingang, que praticam a venda de artesanato no centro de Florianópolis, relatou-se que as primeiras famílias de artesãos indígenas que chegaram à cidade para comercializar seu artesanato foram os Guarani das aldeias da Grande Florianópolis. Estes, permaneciam nas ruas, onde eram expostos a situações de vulnerabilidade, até que, em 2015,

conquistaram um pequeno espaço no pavimento ocioso das sobrelojas da Rodoviária da cidade. O espaço era reduzido e inadequado ao crescente número de famílias que chegavam. Assim, depois de muita luta organizada dos indígenas, órgãos governamentais dos três entes federativos, como a FUNAI, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, o Ministério Público Federal (MPF) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), acordaram em estabelecer como espaço de alojamento para os artesãos o Terminal Integrado do Saco dos Limões (TISAC) (imagem nº 5), um terminal de ônibus abandonado localizado no Aterro da Baía Sul, no bairro Saco dos Limões.



Fonte: Acervo próprio.

64

FIGURA 5

Alojamento para os artesãos o Terminal Integrado do Saco dos Limões

Esse alojamento improvisado foi destinado para uma lotação máxima de 120 pessoas, incluindo crianças, e sua ocupação recebeu uma série de recomendações feitas pela FUNAI (2018), entre elas: desenvolver condições para a autogestão do espaço pelos indígenas; aprimorar a organização e o diálogo com e entre as aldeias de origem; valorizar o Espaço de Alojamento de Artesãos Indígenas, colaborando na sua manutenção; o uso coletivo do Espaços deve se dar de maneira colaborativa e respeitosa entre as comunidades indígenas atendidas; respeitando a orientação sexual e a cultura de todas as etnias (FUNAI,2018).

A presença indígena na região gerou muitos conflitos com a comunidade do entorno, que enxergava os artesãos como “invasores”. Mesmo sabendo que o TISAC também não era um local adequado para seu alojamento (imagem nº 6), os indígenas passaram a novamente ter de lutar, de forma organizada, para garantir seus direitos e suas condições de permanência.



Fonte: Diorgenes Pandini. NSC 2019.

FIGURA 6

Alojamento indígena no TISAC

Com os conflitos se acentuando e o TISAC tornando-se um lugar cada vez mais inseguro e insalubre, os indígenas pressionaram por um projeto de estruturação de uma Casa de Passagem, após a conquista da concessão de uma área de 5.000 m² ao lado do terminal, ainda no Aterro Sul (imagem n° 7). Apesar de representar uma conquista, o aterro é um local controverso, uma vez que se trata de uma área inutilizada, resultante de um aterro rodoviário², um “não-lugar”³, localizado à beira de uma avenida expressa e que ainda, se constituiu como uma barreira para as relações tradicionais do bairro com o mar.



Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 7

Localização do terreno para a Casa de Passagem

A partir da pressão do MPF, equipes técnicas dos órgãos públicos chegaram a desenvolver dois projetos para a Casa de Passagem, que não foram concluídos e, apesar, do esforço em incorporar aspectos da organização espacial indígena por parte dos arquitetos envolvidos, não foram estruturados a partir de processos participativos com os indígenas nem buscando o diálogo e conciliação com a comunidade do bairro no entorno.

Em meio a conflitos políticos e sociais em relação à permanência dos indígenas no TISAC ou na construção da Casa de Passagem, a luta dos indígenas pela garantia de seu Direito à Cidade ainda resiste, possibilitando o acesso à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais (LEFEBVRE, [1968] 2008).

Apesar das críticas e conflitos que giram em torno da área destinada para a Casa de Passagem, a conquista dessa porção do Aterro da Baía Sul é fruto de um processo de luta dos povos indígenas. Respeitando este histórico de resistência, um novo processo de projeto foi iniciado em 2019, com participação de professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, considerando os projetos e discussões até então desenvolvidos, mas com o objetivo de criar outras formas de interlocução com os setores públicos, para promover diálogos interculturais e atendimento das demandas identificadas junto às comunidades indígenas.

O novo processo de projeto construiu outra proposta para o complexo da Casa de Passagem, cujos resultados consideram as especificidades étnico-culturais das diferentes etnias envolvidas (principalmente Guarani, Xokleng e Kaingang), respeitando as tradições destes povos, considerando as suas especificidades culturais e valorizando os pontos de convergência entre eles, a exemplo do espaço das conversar em torno do fogo e a fabricação do artesanato.

A proposta para a Casa de Passagem (imagem nº 8) se estrutura em torno de um espaço de convivência e integração entre blocos de alojamentos, com destaque para o espaço do fogo, ao centro, elemento de importância para os Guarani, Kaingang e Xokleng. São considerados espaços para práticas tradicionais do cotidiano dos diferentes povos indígenas, espaços para rituais religiosos, para a troca de saberes com anciões, assim como, para a convivência segura das crianças e a produção e artesanato.



Fonte: Acervo próprio.

FIGURA 8

Perspectiva da nova proposta para a Casa de passagem

Nessa proposta, o TISAC foi sugerido como um Centro Cultural, com espaços para atividades voltadas à comunidade do bairro, mas também, configurado como espaço intercultural, permitindo a desconstrução de preconceitos a partir da aproximação das diferenças culturais e da troca de saberes.

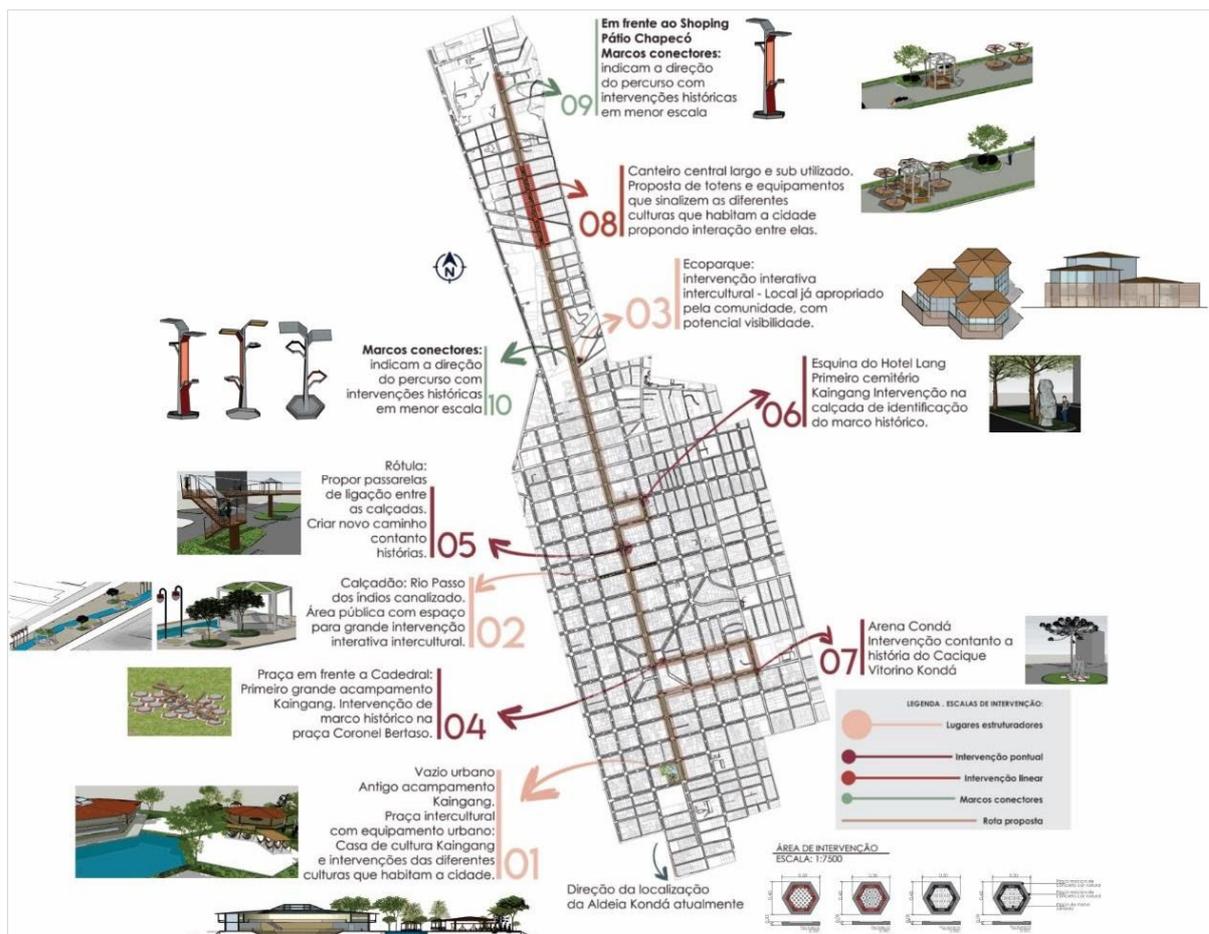
Na escala do bairro, o conjunto intercultural é conectado por uma praça de chegada que articula os diferentes espaços e atividades, e na escala da cidade, ganha destaque, como marco simbólico, indicando para a presença indígena no espaço urbano e alertando que este também é território indígena e seu local de direito.

Para além da Casa de Passagem, outros espaços de resistência são reivindicados pela presença dos indígenas nos centros urbanos. A partir do recente acesso dos indígenas ao ensino superior, amplia a presença dos indígenas no contexto urbano trazendo novas pautas de lutas e demandas, não apenas para a garantia de permanência dos estudantes na universidade, mas também para o fortalecimento da autonomia indígena nos centros urbanos (BERGAMASCHI, DOEBBER, BRITO, 2018).

Neste contexto, marcado por disputas pelo território urbano, historicamente negados aos povos indígenas, novos equipamentos emergem como fortalezas de resistência e de afirmação da presença indígena nos centros urbanos. Equipamentos institucionais como a Casa de Passagem, a Moradia Estudantil Indígena, Centros Interculturais e espaços de apoio para a preservação e valorização da memória e dos costumes dos povos originários se colocam como espaços de luta, não apenas pelos direitos, mas na busca por protagonismo e autonomia indígenas.

cidade, no bairro Palmital (Identificado na imagem nº 9 com aldeia urbana) e em 1999, foram deslocados para a Reserva⁴ Indígena Aldeia Kondá, localizada a 30 quilômetros do centro (indicado na imagem nº 9). Afastados de sua terra tradicional, os indígenas ocupam o centro urbano da cidade em uma atitude de resistência e de subsistência, apesar de serem vítimas de preconceito, violência e de não terem um lugar garantido para suas práticas culturais.

Após inúmeros diálogos com a comunidade da Aldeia Kondá e observações feitas tanto no centro urbano quanto na aldeia, foram identificadas as necessidades da comunidade ligadas à infraestrutura básica para a permanência na cidade e possibilidades de intervenções espaciais capazes de contar a história da cidade a partir do olhar de seu povo originário. Tais discussões geraram o projeto ilustrado na imagem nº 10:



Fonte: Acervo próprio.

FIGURA 10

Projeto de intervenção urbana para diálogos interculturais

O projeto foi desenvolvido a partir dos lugares estruturadores, três intervenções arquitetônicas (Casa de passagem indígena, museu indígena e qualificação do calçadão sobre o Rio Passo dos índios) que garantem a estrutura necessária para a venda do artesanato, divulgação da cultura Kaingang na história da cidade e, principalmente, encorajam diálogos interculturais calcados no respeito à diversidade cultural e na valorização do povo originário.

As intervenções arquitetônicas e espaciais foram propostas em diferentes escalas, estruturando uma rota intercultural que conta a história dos lugares, através de *totens* informativos, indicados por marcos conectores, ao longo de uma percurso onde o desenho da pavimentação tem como inspiração as metades clônicas do Povo Kaingang (Kamé e Kairu⁵); conectando também, a intervenções pontuais, que indicam monumentos, brinquedos e objetos de contemplação inspirados nos indígenas e na sua história, possibilitando a pluralidade dos referenciais visuais da cidade que, até então, eram de coronéis, desbravadores e colonizadores.

A comunidade participou ativamente da elaboração e aprovação do projeto ao longo dos anos de 2016 e 2017, portanto, se sente representada na proposta. Por este motivo, desde então reivindica junto à Prefeitura Municipal de Chapecó, por intermédio do Ministério Público Federal, a execução do projeto.

Esta proposta representa para a população indígena do local a possibilidade de resgatar e valorizar espaços de memória, reconstruir narrativas hegemônicas, fortalecer a identidade dos povos indígenas, romper preconceitos, dar visibilidade à presença indígena no centro urbano e proporcionar um diálogo entre os diferentes universos culturais da cidade com base no respeito mútuo e no reconhecimento da diversidade.

Em arquitetura e urbanismo, a identidade de lugar é definida como uma subestrutura da identidade pessoal que incorpora as cognições sobre o mundo em que os indivíduos vivem, contemplando as memórias, ideias, relações sociais, sentimentos, atitudes, valores e preferências acerca dos diversos ambientes em que estão inseridos (DILL, 2019, p. 73).

As obras arquitetônicas, para serem apropriadas, devem ser fruto do meio na qual estão inseridas, desta maneira as propostas de intervenções arquitetônicas aqui apresentadas tiveram como base a compreensão das especificidades dos

grupos envolvidos, considerando sua história, seus anseios e sua organização socioespacial.

Considerações finais

As discussões ao longo desse artigo despertam para a compreensão acerca dos conflitos, contradições e condições de permanência de indígenas nos centros urbanos e suas relações de territorialidade. Evidencia-se que o território indígena não se limita apenas às aldeias e terras demarcadas, mas que o espaço urbano também é Terra Indígena, construído e vivenciado historicamente, de maneira legítima, garantindo a diversidade.

Garantir a presença indígena nos centros urbanos e seu Direito à Cidade são fatores fundamentais para a reconstrução de narrativas históricas hegemônicas, a partir de uma visão descolonizadora, resgatando e valorizando a memória e o legado ancestral desses povos. Nesse sentido, a legitimidade da presença indígena nas cidades apenas poderá ser compreendida pela sociedade a partir de um processo de transformação sociocultural que também envolve o campo da Arquitetura e Urbanismo. Equipamentos urbanos e intervenções espaciais podem significar espaços para o fortalecimento da identidade dos povos indígenas, desconstrução de preconceitos e estereótipos e promoção da aproximação e reconhecimento da multiculturalidade, principal característica da sociedade brasileira.

A presença indígena nos centros urbanos é uma realidade e exige de arquitetos e urbanistas um olhar mais sensível e alicerçado no respeito e valorização das diversas identidades culturais que convivem nesses espaços, na medida que as ações dessa área de conhecimento na cidade podem legitimar discursos colonizadores ou promover a valorização da multiculturalidade. Entende-se que a criação do lugar não é exclusividade do fazer arquitetônico e urbanístico, mas uma associação deste com os usos e significados atribuídos pelas pessoas aos espaços ininterruptamente, isto é, o lugar surge das interações e diálogos entre aspectos humanos e espaciais. Assim, acredita-se que se as propostas são pensadas de maneira participativa, todos os envolvidos se sentem parte do projeto, tendem a se apropriarem dos lugares e criam com eles laços afetivos, que potencializam seus usos, auxiliam na sua preservação e as configuram como manifestação de subjetividades diversas.

As experiências apresentadas neste artigo apontam para a importância de se construírem processos de projeto participativos, pautados por uma abordagem

sensível e capazes de criar interlocuções multidisciplinares efetivas entre os setores públicos, entidades, técnicos, estudiosos, mas principalmente, com as comunidades indígenas. Indicam-se como possibilidades de futuras pesquisas, o aprofundamento dos estudos relacionados ao Estatuto da cidade e povos indígenas, as pesquisas sobre processos de projetos junto a outros povos e a análise de lugares já materializados e ocupados pelas comunidades indígenas nas cidades. O conhecimento das relações interétnicas, a partir de espaços de escuta e diálogo são fundamentos essenciais para a construção de processos mais horizontais e colaborativos, desconstruindo hierarquias e assimetrias, já impostas pelas condições étnico-sociais.

NOTAS

1. Trocas intraétnicas são as relações entre pessoas da mesma etnia, neste caso, entre diversos indivíduos pertencentes ao povo Guarani. Já as trocas interétnicas são as relações com outros povos indígenas. No contexto do *Poraró* no sul do Brasil pode-se destacar as trocas culturais principalmente entre os Povos Guarani e Kaingang, que compartilham espaços de venda de artesanato nos centros urbanos.
2. O aterro da Baía Sul, foi construído na década de 1990 e constitui um espaço subutilizado da cidade e tem apenas função rodoviária de ligar o centro ao sul da ilha. Essa operação urbana, além de afastar a população local do mar, criou uma área de terrenos públicos vazios, sem função alguma.
3. O conceito está baseado na obra *Não-lugares* de Marc Augé (1994). Lugar, para o autor, é definido como um espaço antropológico e que apresenta características identitárias, relacionais e históricas, é o espaço vivenciado. Em oposição a estes espaços estão os não-lugares, todos não identitários e com os quais o sujeito não consegue estabelecer vínculos relacionais durante a sua ocupação.
4. O termo Reserva indígena foi adotado pois, no caso da Aldeia Kondá, sua Terra tradicional é o centro da cidade de Chapecó, portanto, não pôde ser retomada pela comunidade. Em 1999, foi então escolhida uma área de terra reservada ao uso dos indígenas da Aldeia Kondá. Assim, a comunidade utiliza o termo Reserva pois entende que de denominarem este território como Terra Indígenas, estariam deslegitimando o seu verdadeiro território tradicional. Em respeito ao histórico de lutas da comunidade, optou-se por manter a denominação utilizada por eles.
5. O Povo Kaingang se organiza a partir de princípios sóciocosmológicos dualistas - A sociedade e toda a natureza estão tradicionalmente divididas em metades que se complementam, denominadas Kamé e Kairu, irmãos mitológicos (TOMMASINO; FERNANDES, 2001).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a arquiteta Thayse Menezes Reis pelo compartilhamento dos dados do projeto da Casa de Passagem Indígena do Saco dos Limões e sua contribuição para as reflexões apresentadas nesse artigo.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGAMASCHI, Maria; DOEBBER, Michele; BRITO, Patricia. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 99, n. 251, p. 37-53, 2018.
- BITTENCOUT, Luiz Cláudio. Pedras que rugem: notícias sobre sete povos das missões. *Revista CPC*, São Paulo, n. 9, p. 99-116, nov. 2009/abr. 2010.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: NOTZOLD, Ana Lúcia et. al. (org). *Etnohistória, história Indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012.
- CEPAL; CELADE. *Los pueblos indígenas en América Latina: avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos*. Santiago del Chile: Nações Unidas, 2014.
- DIAS, Camila Loureiro. Direitos dos povos indígenas e desenvolvimento na Amazônia. REB - *Revista de Estudios Brasileños*, v. 6, n. 11, p. 49-60, 2019.
- DILL, Fernanda Machado. *Linguagem socioespacial: a dimensão espacial do modo de viver Kaingang*. Florianópolis, 2019. Tese (Doutora) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em: 4 mar. 2021.
- FUNAI. *Cartilha: a presença indígena em Florianópolis*. Ministério da Justiça, 2018.
- GALUCIO, Ana Vilacy; MOORE, Denny; VOORT, Hein van der. O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 38, p. 194-219, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio38.pdf Acesso em: 24 mai. 2021.
- IBGE. *Características Gerais dos Indígenas: Resultados do Universo*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010.
- IBGE. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. mapa.
- ISA, Instituto Socioambiental. *De olho nas Terras indígenas*. São Paulo, 2018.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, [1968] 2008.

MINAYO, M. C. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 3, p. 87-113, 2001.

RIBEIRO, Lóry da Silveira et. alii. Território Indígena: a construção diária da sobrevivência. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 2, ed. especial, p. 547-555, 2016.

SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. *Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp. 2001, p. 37-58.

TOMMASINO, K.; FERNANDES, R. C. *Povos indígenas no Brasil*: Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/288>. Acesso em: 16 fev. 2021.

ZANIN, Nauíra Zanardo; LODDI, Laura Beatriz; SANTOS, Rodrigo Gonçalves. Sobre lugares, práticas, corporeidades, dominação e parceria: a experiência gentrificadora e seus atravessamentos na cidade contemporânea. *Revista Interdisciplinar*, Belo Horizonte: UFMG, 2017.

Fernanda Machado Dill é Professora substituta na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Barddal de Artes Aplicadas e Graduada em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR).

Ricardo Socas Wiese é Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Progettazione Ambientale pela Università di Roma – La Sapienza, em Roma, na Itália. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC.

Como citar:

DILL, Fernanda Machado; WIESE, Ricardo Socas. Territorialidades indígenas nos centros urbanos: sobre lugares e povos. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 54-74, jan./jun. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.